



Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos - SUGESP

DESPACHO

De: SUGESP-GCOM

Para: SUPEL - CEL

Processo Nº: 0042.540246/2019-44

Assunto: Resposta ao Pedido de Esclarecimento Empresa Decolando (0013751330)

Senhor Pregoeiro,

Em atenção ao Pedido de Esclarecimento da Empresa Decolando (0013751330), estamos encaminhando o referido processo com as devidas resposta ao pedido de esclarecimentos elaborados nos documentos mencionados:

1. Será aceito valor negativo na taxa de transação?

RESPOSTA: Conforme despacho ASJUR (0011228245), onde o mesmo após minuciosa análise sobre a forma da contratação, verifica-se, pelas últimas contratações do Estado desse objeto, que há uma inviabilidade de disputa real dos preços, visto que o menor percentual é 0,00% (zero por cento), ao final, resultando em empate das propostas e realização de sorteio para escolha da contratada, será neste processo licitatório elaborado de forma diferente aos anteriores.

Assim em consulta ao sítio do TCU [Licitações](#) pela referida Assessoria, observou a possibilidade da Administração obter desconto sobre os valores das passagens emitidas (nacionais e internacionais), sendo deste modo, recomendado a esta gerência de compras o estudo de viabilidade de aplicar o [modelo](#) adotado pelo Tribunal de Contas na União.

Desta forma, o novo tipo de contratação tem como base o valor estimado para contratação R\$6.637.254,82 (seis milhões, seiscentos e trinta e sete mil duzentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), conforme subitem 2.2 do Termo de Referência 0013477425.

Assim a empresa irá fornecer sua proposta com base no valor total para a contratação e não mais taxas.

Exemplo:

O valor estimado para contratação para o ano de 2020 é de R\$6.637.254,82 (seis milhões, seiscentos e trinta e sete mil duzentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e dois centavos).

A empresa X oferta um valor de R\$6.600.000 (seis milhões seiscentos mil reais) ou seja um valor abaixo do valor estimado da contratação. Aplicando a fórmula do subitem 19.5 (**PRAV = (Valor da Proposta – 6.637.254,82) x 100 / 6.637.254,82**), alcançaremos um percentual negativo de -05613%.

Desta forma, durante toda a vigência do contrato, ou seja considerando que se o percentual de RAV (PRAV) for menor ou igual a zero (nulo ou negativo), a Remuneração do Agente de Viagem (RAV) converter-se-á em Desconto Sobre o Valor das Passagens Aéreas, ou seja em desconto sobre o valor das passagens, de acordo com o percentual de (PRAV) vinculado ao valor ofertado pela licitante vencedora durante a licitação.

2. Será aceito taxa de transação no valor de R\$ 0,0001?

RESPOSTA: A resposta encontra-se no item 1

3. Caso seja aceito o valor de R\$ 0,0001 haverá arredondamento para R\$ 0,00?

RESPOSTA: A resposta encontra-se no item 1

4. Será aceito taxa de transação no valor de R\$ 0,00?

REPOSTA: A resposta encontra-se no item 1

5. Será aceito taxa de transação no valor de R\$ 0,01?

RESPOSTA: A resposta encontra-se no item 1

6. Após abertura para lance será aceito lance total no valor de R\$ 0,0001 (exemplo: 3409 x R\$ 0,0001 = R\$ 0,0001)? Ou obrigatoriamente terá que ser o resultado da multiplicação da quantidade pelo valor unitário da taxa de agenciamento (exemplo: 3409 x R\$ 0,0001 = R\$ 34,09).

RESPOSTA: O valor do lance será o valor da proposta conforme subitem 19.5 do Termo de Referência (0013477425).

7. Será necessário planilha de custo para demonstrar exequibilidade?

RESPOSTA: A Planilha de Custo é utilizado para que a administração elabore e avalie seus custos para a contratação e adeque sua proposta durante a licitação e posterior contratação.

O objeto a ser licitado não se enquadra no perfil para uma contratação exclusiva de mão de obra, dispensando assim planilha de custo.

8. Caso positivo a resposta anterior na planilha de custos poderão constar os incentivos das cias aéreas como forma de comprovar a exequibilidade?

RESPOSTA: A resposta encontra-se no item 7.

9. Poderão constar na planilha de custos outros contratos onde há lucro para a empresa para comprovar sua exequibilidade?

RESPOSTA: A resposta encontra-se no item 7.

10. Caso não seja aceito a comprovação dos lucro dos contratos a exequibilidade na planilha de custos tem que ser demonstrada com o valor da taxa oferecida?

RESPOSTA: A resposta encontra-se no item 7.

11. Qual empresa atende o contrato? Qual o valor da sua taxa?

RESPOSTA: Como sabedor do edital 046/2020, tratar-se de uma nova licitação e o qual não vislumbramos que tal pergunta não influência na proposta de preços.

12. No termo de referência subitem 19.5 informa um calculo para ser feito. Isso quer dizer para obter o valor correto terei que pegar o valor estimado R\$ 6.637.254,82 e dividir por 3409 e fazer a multiplicação no final?

RESPOSTA: A resposta encontra-se no item 1

13. Continuando, pode ser mais clara neste cálculo?

RESPOSTA: A resposta encontra-se no item 1

14. Será permitido a participação de empresa consolidada, ou seja, empresa que compra bilhetes de uma consolidadora e não diretamente das CIAS AEREAS?

RESPOSTA: Conforme o subitem 11.4 do Termo de Referência (0013477425), fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada á outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto.

15. Será obrigatório posto de atendimento ou filial no estado de Rondônia?

RESPOSTA: Sim, conforme o subitem 7.9 do Termo de Referência (0013477425), alínea a).

16. Será obrigatório o preposto morar no estado?

RESPOSTA: Sim, conforme subitem 9.7.5 do Termo de Referência (0013477425).

Atenciosamente,

Luzia de Souza Oliveira
Assistente Administrativo/GCOM-SUGESP
Matrícula: 300137661

Revidado por:

Rosane Paz de Mendonça Fon

Gerente de Compras/SUGESP

Matrícula: 300137343



Documento assinado eletronicamente por **Rosane Paz de Mendonça Fon, Gerente**, em 29/09/2020, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luzia de Souza Oliveira Silva, Assistente**, em 29/09/2020, às 10:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0013767783** e o código CRC **106E762E**.